



Anais da Assembléia

Nº 66

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE MAIO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Calto Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duffio Genari; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** – 07: Algaci Osmário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

RESOLUÇÃO N° 005/94

DATA: 18 de maio de 1994.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito para a população decidir sobre a criação do Município de Boa Ventura de São Roque, desmembrado de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, para que a população das localidades de Boa Ventura, se pronunciem sobre a criação do Município de Boa Ventura de São Roque, desmembrado do Município de Pitanga, com divisas e confrontações dos atuais municípios:

"Com o Município de Cândido de Abreu

Começa na foz do Rio Pitanga no Rio Ivaí, sobe pelo Rio Ivaí até a foz do Rio Pedrinho;

Com o Município de Turvo

Começa na foz do Rio Pedrinho no Rio Ivaí, sobe pelo Rio Pedrinho e em continuação pelo Rio Bonito até próximo a sua cabeceira, onde por um caminho na direção sul, encontra Saudade/Santa Maria do Oeste, segue por esta estrada até encontrar a linha de divisa do Município de Santa Maria do Oeste;

Com o Município de Santa Maria do Oeste

Começa na estrada Saudade/Santa Maria do Oeste, no ponto de divisa com o Município de Turvo, segue por esta estrada até encontrar o Arroio Buriti, pelo qual segue até sua Foz Araguaia, subindo por este até a foz do Arroio Corrente ou Pocinhos, subindo o Arroio Corrente ou Pocinhos até sua cabeceira, de onde, pelo divisor de águas alcança a cabeceira do Rio Marrequina;

Com o Município de Pitanga

Começa na cabeceira do Rio Marrequina, desce por este até a foz no Rio Pitanga, descendo o Rio Pitanga até sua foz do Rio Ivaí, ponto de partida."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.05.94.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

RESOLUÇÃO N° 006/94

DATA: 19 de maio de 1994.

SÚMULA: Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Polícia Militar.

A Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar possíveis irregularidades na Polícia Militar do Estado.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.05.94.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO QUE APUROU POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CORPORAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO O PARANÁ.

Introdução

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito originou-se com um requerimento de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, aprovada na sessão plenária do dia 19 de novembro de 1992, para apuração de possíveis irregularidades na Corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Através do Ato da Presidência n° 2, de 23 de novembro de 1992, foi declarada constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 09 membros, cuja Ata da Reunião de Instalação é datada de 1° de dezembro de 1992, sob a presidência do Deputado Florisvaldo Fier, cabendo a relatoria ao Deputado subscritor do presente. Posteriormente, houve prorrogação de 30 dias, para que a CPI finalizasse seus trabalhos, aprovada em sessão de 01.03.93.

Questões preliminares

Na condição de depoentes foram ouvidos:

Fls.	Depoentes
18	Sarg. José Aparecido Luiz da Silva
147	Ten. Cel. Renê Roberto Witek
179	Dr. Ailton Furlaneto
186	Sarg. José Nivaldo Miosso
193	Sarg. José Valdecir Biazotto
200	Ten. Fernando Luiz Grummt
206	Soldado Paulo Dias da Silva
214	Soldado Jairo Ferreira dos Santos
218	Soldado Claudemir Carnietto
223	Sarg. Luiz Valentin Menotti
226	Dr. Massao Tsukada
234	Ten. Mauzar José de Oliveira
245	Sr. Sérgio M. Verri
277	Dr. Altair Ferri
286	Sarg. Sérgio Francisco de Oliveira
287	Soldado Claudemir Alves dos Santos
303	Cel. João Jorge dos Santos
331	Ten. Cel. Fredy Weigert

351 Ten. Juceli Simiano Júnior
368 Ten. Cel. Roberto Cezário
445 Cel. Carlos Roberto Cidade
533 Cel. Miguel Arcanjo Capriotti

Quanto aos fatos investigados, pode-se verificar o seguinte:

Como fonte subsidiária a esta CPI, encontramos o relatório do IPM instaurado para apuração das mesmas denúncias do Sarg. José Aparecido da Silva. (Anexo nº IV).

Após a análise da documentação que se constituiu no embasamento desta Comissão, podemos chegar à seguinte conclusão:

1 - Falsificação de documentos relativos a diárias

Inegavelmente chega a ser gritante a forma como é confirmada tal denúncia. Não restam dúvidas de que a irregularidade das diárias aplicadas aos membros da Polícia Militar, via de regra o são, conforme a denúncia, de longevidade acentuada.

Percebe-se que há muito tempo a forma ilegal de aplicação das diárias tornou-se "modus operandi" diuturno.

No próprio IPM instaurado, vamos encontrar tais afirmações, nas págs. 910 e 917.

Donde se conclui que houve desvio de finalidade e isso em outras palavras substancia ilícito a ser apurado.

Para evitar que de futuro haja repetição dessa conduta irregular, esta CPI sugere ao Comandante da PMPR que adote medidas visando a melhorar os mecanismos de controle do saque de diárias, pois a CPI verificou em afirmações de depoentes várias irregularidades.

2 - Obras Particulares e da BARCO

Sem entrarmos no cotejo do perjúrio, devidamente caracterizado quando confrontamos alguns depoimentos no IPM, é cristalino o crime praticado, confessado e provado nos autos da CPI, referente ao item supra citado.

Além de vários depoimentos constantes dos presentes autos, encontramos as mesmas evidências no IPM, às fls. 902 "usque" 912, do anexo IV e do anexo III.

Donde se conclui que ficou caracterizado crime a ser julgado.

3 - Denúncias de enriquecimento ilícito de oficiais

No tocante a este aspecto apesar das denúncias claras do Sargento informante, não houve abordagem pelo IPM, nem esta Comissão entende pela possibilidade de afirmativa sobre o caso, em virtude da inexis-

tência de meios comprobatórios.

4 - Desvio de fundos do FUNREBOM

Estes aspectos ficaram bem definidos e delineados, tanto nos depoimentos prestados perante esta CPI, quanto nos autos do IPM.

É de servir como justificativa o fato de a ordem ter sido dada por oficial comandante, a que os subordinados estão cingidos por condicionamento próprio da caserna, porém isto não isenta aquele que ordenou.

- Donde se conclui que houve desvio... houve utilização de bem público em proveito da BARCO, que é uma entidade civil, e isto é crime.

Os embasamentos testemunhais estão contidos nos anexos II, III e IV.

5 - Corrupção em Cianorte e Betaras

Sobre tais fatos, existem evidências insofismáveis a serem apuradas pelo Judiciário, face aos depoimentos contidos nos anexos II e IV.

6 - Denúncias de irregularidade na Associação da Vila Militar

Não pode ser constatada a denúncia, motivo que nos leva a relevá-la.

7 - Contrabando no 5º GI de componentes eletrônicos

Sobre tal aspecto, esta Relatoria conclui pela mesma forma do item anterior.

8 - Utilização de veículos oficiais

Ficou evidenciada tal utilização, todavia isto é um fato a ser apurado pelo Comando da Corporação, através de um IPM específico.

9 - Mã versação de dinheiro público

Sobre tal aspecto, cremos existirem evidências que embasarão uma abordagem investigatória, por parte da Secretaria de Segurança Pública.

10 - Ambulância do SIATE

Em que pese o depoimento do Cel. João Jorge, fls. 301 a 330, do livro I da CPI, não encontramos provas suficientes de manipulação de verbas e de compras dirigidas a determinadas empresas, nem mesmo o emprego indevido de capitais do FUNREBOM. Os documentos conduzem a essa conclusão.

Para ilustrar, servem os documentos de fls. 353 e 354 do livro de documentos nº

1, em que se vê através de Of. n° 040/90, de 11.12.90, em que o então comandante do Corpo de Bombeiros atestara que diversas empresas preenchiam os requisitos técnicos do edital e as condições operacionais como veículo Auto Ambulância Paramédica do Corpo de Bombeiros, não recomendando preferência por nenhuma delas. Coube a decisão da qual seria a vencedora da licitação ao Departamento Estadual de Administração de Material, conforme Ata da Sessão de Julgamento da Concorrência n° 002/90, de 14.12.90.

Há, no entanto que registrar a demora de quase dois anos na entrega de dois equipamentos de nome LUKAS, não obstante as reiteradas cobranças à empresa vendedora por parte do Comando da PMPR, cobranças essas iniciadas em data anterior a esta CPI e à instauração de qualquer IPM (fls. 93 a 114 do anexo 9).

Pelo exposto, não pode ser constatada a denúncia de favorecimento, motivo que nos leva a relevá-la.

11 - Auto-lançadores aéreos

Nos depoimentos tomados houve uma colocação do Cel. João Jorge, (fls. 321 a 324 do Livro I da CPI), alegando que foi feita uma compra aleatória de tais equipamentos. O Cel. Capriotti prova com documentos, diretrizes 02/89 (fls. 34 a 37-parte A do livro de documentos n°3), documentação assinada inclusive pelo próprio Cel. João Jorge do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), não haver nenhum documento ou depoimento ou indício qualquer, por parte do Cel. João Jorge, que comprove ou leve a algum caminho que possa configurar irregularidade na aquisição dos ALAS.

É relevante lembrar a certidão do Tribunal de Contas apresentada pelo Cel. Capriotti, dando conta que durante seu comando no Corpo de Bombeiros e até agora no Comando da PMPR nenhuma irregularidade foi constatada.

Assim, neste caso, também não foi comprovada a denúncia que nos leva a relevá-la.

Conclusão

Pelo exposto, fica evidente que a CPI cumpriu, nos seus quase 120 dias de funcionamento, a finalidade prevista na Constituição Federal: a apuração de fatos determinados por prazo certo. Não cabe a nós, Parlamentares, determinarmos a punição dos infratores, mas sim fornecermos subsídios para que os órgãos competentes apliquem as penas previstas em lei. E a punição dos culpados pode dar-se tanto no âmbito administrativo, como no civil e criminal.

Feitas estas considerações, propomos a adoção das seguintes providências:

1. As conclusões das investigações quanto aos itens 1, 2, 3 e 4, devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual para que, se for o caso, promova a responsabilização civil e criminal dos infratores, nos termos do parágrafo 3° do Artigo 58, da Constituição Federal.

2. Os fatos relacionados nos itens 5, 8 e 9, devem ser objeto de IPMs individualizados, para terem apuração detalhada e eficaz.

3. Entendemos que seria o caso de recomendar o afastamento de todos os envolvidos, se o Governador Roberto Requião, com base no IPM já referido, não tivesse tomado essa providência, conforme se vê no Decreto 2084, publicado no Diário Oficial do dia 04.02.93, para que as investigações possam ser efetuadas com a mesma independência com que foram realizados os trabalhos desta CPI.

4. Deixa este relatório de promover indicações denominadas de pessoas envolvidas diretamente no caso por ser competência do Ministério Público.

Essas conclusões são relevantes para o exame da ação político-administrativa que o episódio envolve e que ao Poder Legislativo cumpre avaliar, sem que isto venha a violar a independência e autonomia dos Poderes.

Essa comissão delibera, para conhecimento e providências que julgue necessárias, encaminhar cópia do presente relatório, com as peças que o instruem, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça e ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça.

Por final, delibera proceder o mesmo encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, para dizer da existência de ilícito administrativo ou criminal, e execução das medidas cabíveis no âmbito de suas atribuições.

Justificativa

Na realidade uma CPI não deve ter como escopo a finalidade de punir "ab initio", e sim de apurar, averiguar e encaminhar aos canais competentes as informações necessárias para aplicação do remédio adequado que tanto pode ser jurídico como administrativo.

Há muito se percebe que a corporação militar existente no Paraná, possui seus conflitos internos com sérios reflexos na sociedade. Corporação Bombeiros e Corporação Polícia, conflitam em objetivos, idéias e até mesmo e principalmente fina-

lidades. Essas diferenciações acabam por promoverem rachaduras no corpo de administração, havendo necessidade de providências paralelas, diferenciando categorias iguais, por tem diferentes atividades.

Com isso, percebemos certos fatos que, se observados mais atentamente, indicam que medidas profiláticas de uso interno terão mais eficácia que qualquer tentativa de ato punitivo mal direcionado.

A CPI, como órgão representativo da sociedade, através de seus representantes políticos, há que trilhar o mesmo caminho ou seja, apurar, averiguar e dar o encaminhamento que acreditar ser o melhor para a sociedade, tudo dentro da ótica da decência, do consuetudinário e da tábula legal.

Por esse motivo, o presente relatório conclui por indicar vários caminhos que devem ser seguidos a partir das conclusões, de vez que as mesmas não podem versar fora do conteúdo das investigações. O sentimento "sherloquiano" deve dar lugar à lucidez profissional do conteúdo moral e legal do mandato popular.

Com este princípio acreditamos ter chegado às conclusões mais plausíveis e honestas, indicando a continuidade que a população paranaense gostaria que tivesse, até a apuração final dos fatos, alavancados pelas evidências que esta CPI pode chegar.

Nesse passo, e por final, é oportuno mencionar a Lei Estadual nº 1943, de 23.06.54 (Código da Polícia Militar), e especialmente em seus artigos 28, 29, 108, 110 e 102, letra H.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 50.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1994

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Djalma de Almeida César.

Às nove horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Cezar Silvestri, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Erondy Silvério, João Preis, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Namir Piacentini, Nelson Justus, Ovídio Constantino, Paulo Maia e Toti Colaço (28). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Caíto Quintana,

Carlos Simões, Durval Amaral, Élio Rusch, Ernani Pudell, João Iensen, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Rossoni (25). Achando-se em licença o Senhor Deputado Heinz Herwig (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1326

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Albari Pires Moreira, aos 44 anos de vida, ocorrido na Argentina. Deixou viúva a Senhora Néli Regina Batista Moreira. Seu corpo foi transladado para o Brasil, onde foi sepultado. Tratava-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 26.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 193/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguapitã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguapitã realiza um trabalho assistencial, sem fins lucrativos voltado à integração e desenvolvimento do Excepcional. Com orientação adequada, a entidade promove meios para que o deficiente possa integrar-se socialmente, assim como despertar o interesse da comunidade para este problema no sentido da cooperação pública.

A entidade está com sua situação jurídica em regularidade, conforme documentação integralizada.

A lei de utilidade municipal é a de nº 04/93.

A lei de utilidade estadual ora requerida irá beneficiar de forma acentuada a entidade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

PDT, PMDB, PSDB, PL, PTB, PFL e PP.

(Todos declinaram).

PT.

Com a palavra Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores.

No mês de maio, o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais do Sistema de Agricultura e Meio Ambiente do Paraná, o SINDI/SEAB, traz em seu boletim algumas informações interessantes e uma crítica àquela Secretaria, principalmente depois da criação do Instituto Ambiental do Paraná, e neste boletim levantam várias questões, algumas delas que fazemos questão que fique registrado nos Anais da Assembleia Legislativa.

O primeiro ponto é que dizem, informam eles que foram criadas várias unidades de conservação ou parques, que só ficaram no papel e serviram para a destinação inconsequente do ICMS Ecológicos. E que após dois anos de criadas essas Secretarias, faz-se as seguintes perguntas: cadê o Parque Estadual do Guartelá, da APA da Escarpa Devoniana, o Parque Estadual da Mina Velha e Arco da Gruta, que praticamente inexistem, ficando apenas no papel, e o Instituto Ambiental do Paraná não toma providências no sentido de agilizar estes Parques, ou mesmo de conservar os que já existem?

2 - A questão agrária também refletiu assim e, se compararmos as atividades de discriminações das terras devolutas. O número de imóveis regularizados eram significativos. Com a criação da SEMA/IAP, este número decresce. O cadastro dos imóveis incorporados ao IAP não são considerados. Assim é que não sabemos quem ocupa esses

imóveis, qual a sua utilização, enfim, o cadastro deveria ser instrumento de reordenamento fundiário e de obtenção de recursos para atendermos a atividade agrícola, entretanto, por falta de prioridade para a atividade, a SEMA/IAP, perde recursos financeiros e relega os interesses dos "sem-terra".

3 - Anteriormente a unificação, a ex-Surehma fazia a execução fiscal dos autos de infração. Agora, no IAP, sequer o Setor Administrativo da Dívida Ativa - SADA, está implantado. Os Servidores já elaboraram proposta para a efetivação e implantação do setor, que é imprescindível e importante para o resgate da credibilidade da fiscalização ambiental.

O que demonstra que com a criação do Instituto Ambiental do Paraná, várias atividades que vinham sendo desenvolvidas pelo ITCF e pela Surehma, deixaram de ser executadas e praticamente o Instituto Ambiental do Paraná deu mais atenção para o marketing, para a propaganda, para a publicidade dos seus atos do que realmente realizar atos; ou seja, criou fato mas não atuou quase nada em cima desses pontos levantados pela direção do SINDI-SEABE. Dizem eles ainda que há uma ausência total de política de pessoal no IAP, perdurando tratamento disformes entre os trabalhadores, o que acarreta ainda maior dificuldade para que o IAP desenvolva suas atividades.

Um outro ponto diz respeito a propala da administração democrática, diz a direção do SINDI-SEABE através do seu boletim que isso não significa e cita o exemplo que durante esse Governo não ocorreu nenhuma reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente, e que o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Litoral está morto. O Conselho de Administração do IAP reuniu-se uma única vez nesses três anos, enquanto a lei e o decreto que regulamenta a questão obriga pelo menos uma reunião semestral. Novamente aqui se contrapõe a propaganda desenvolvida pelo ex-Governador Roberto Requião de que a sua gestão era democrática e transparente. Aqui demonstra que não é só na questão do Conselho de Saúde, não é só na questão do Conselho Curador do Fundão, mas também nos próprios órgãos do IAP não tem ocorrido a tal democracia e a transparência porque não tem se dado as reuniões, ou tais conselhos foram extintos, ou criados por decreto de acordo com a vontade do ex-Governador. Nós queríamos registrar para dizer que nós do Partido dos Trabalhadores apoiamos a luta desses servidores para que tenham a sua carreira, para que possam desenvolver decentemente a política ambiental do Estado do Paraná. E também queremos dizer que a direção do IAP ultimamente, de acordo com

denúncias veiculadas na imprensa, tem favorecido certo setor de madeireiros e não tem dado o aval para que pequenos proprietários possam produzir em terras, que são hoje produtivas, mas que não tem autorização nem para limpar a capoeira, enquanto o setor madeireiro do nosso Estado continua derrubando madeira de lei e o IAPE tem permitido e tem sido omissos nessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrada a hora do expediente passaremos à Ordem do Dia. A Mesa recebe Projetos que necessitam de apoio:

Do Deputado Orlando Pessuti. **Apoiado.** Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do Vereador Macari, Odair Macari de Nova Sarrandi e do Vereador Juvino Canavesi, também de Vila Nova do Município de Toledo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO.

ITEM 01

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/93 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Campo Magro desmembrado do Município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLÊNARIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA CORRETIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLÊNARIO APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO.

Lembramos que neste turno iremos apreciar apenas a emenda modificativa, corretiva, a emenda substitutiva geral de Plenário que já foi aprovada em 2.^a Discussão. Está em votação a emenda número dois. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Eu requeiro verificação de votação Sr.

Presidente.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Eu requeiro chamada nominal Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Ovídio Constantino requer verificação de votação, Deputado Cezar Silvestri chamada nominal. O Sr. 1º Secretário Toti Colaço para a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Toti Colaço) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - ... Esta Presidência registra a presença de 23 Senhores Deputados, não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

ITEM 02

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/94, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem de alerta sobre riscos à saúde em propaganda de embalagens de bebidas alcoólicas no Estado do Paraná. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. e FAVORÁVEL DA C.S.P.. EMENDA DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLÊNARIO APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO. **Encerrada a Discussão.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/94, de autoria do Deputado José Arthur Ritti. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, e a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina - Pr, objetivando a implantação de extensão do Campus da UEPG no referido município conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.E.C.E. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J..

A Mesa recebe emenda de plenário e encerra a discussão e remete a C.C.J. para análise da emenda.

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/94, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra. Dispõe sobre o depósito legal de materiais informativos na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E. EMENDA DA C.C.J.. **Encerrada a Discussão.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/94, de autoria do Deputado Dirceu Man-

frinato. Concede aos professores da rede estadual de ensino, que exercem ou exerceram atividades administrativas ligadas à área da educação, o benefício do artigo 40, inciso I, letra B, da Constituição Federal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. COM EMENDA DA C.E.C.E..

Permanece em discussão, porque tem solicitação de retirada de discussão. Retorna em 2.ª Discussão.

ITEM 06

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrino. Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Manoel do Paraná, o terreno que abaixo descreve. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C..

Também recebemos a emenda de plenário e encerramos a discussão. Retornará só na fase de votação.

ITEM 07

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/94, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa. Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de São Jerônimo da Serra. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a Discussão.

ITEM 08

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/94, de autoria da Deputada Emilia Belinati. Declara de Utilidade Pública o Clube de Mães do Conjunto Habitacional Novo Amparo, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a Discussão.

ITEM 09

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/94, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Federais Aposentados - Paraná, ASFA/PR., com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a Discussão.

ITEM 10

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Cria o Município de Marquinho, desmembrado do Município de Cantagalo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão.

ITEM 11

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/94, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Autoriza a realização de Plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Foz do Jordão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a Discussão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1326, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Os demais requerimentos ficam para a próxima Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/93 e do de Lei nº 044/94.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 101, 140, 150, 159, 170/94 e do de Resolução nº 008/94.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/94.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 146, 158, 160, 161, 163 e 174/94.

Levanta-se a sessão.